

E: 16-935
21

ACTA
da
Reunião de negociação com a
Associação Sindical dos Funcionários Técnicos, Administrativos,
Auxiliares e Operários da Polícia Judiciária

Acta n.º 24

Aos 26 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 18h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça a Senhora Presidente da Direcção Nacional e os Senhores Presidentes das Direcções Regionais do Norte, do Centro e do Sul da Associação Sindical dos Funcionários Técnicos, Administrativos, Auxiliares e Operários da Polícia Judiciária (ASFTAO/PJ), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de conclusão da negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 com especial incidência em matéria remuneratória.

O Senhor SEJMJ iniciou a reunião pelas 18h30 e informou que a documentação entregue pela ASFTAO/PJ nas anteriores reuniões de 12 e 21 de Outubro de 2010 se encontra em apreciação, tendo a referente à falta de execução do Acórdão do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa sido formalmente transmitida ao Ministério das Finanças e da Administração Pública. Registou que apesar dos melhoramentos efectuados ao projecto de decreto-lei que transfere o subsistema de saúde para a ADSE a posição da ASFTAO/PJ é de discordância frontal. Registou ainda a posição da ASFTAO/PJ de discordância em relação às medidas de redução remuneratória e de proibição de valorizações remuneratórias previstas na proposta de lei do Orçamento do Estado para 2011.

De seguida, a ASFTAO/PJ procedeu à entrega de documento dirigido ao Senhor MJ, datado de 26 de Outubro de 2010, que se junta em anexo à presente acta, contendo a apreciação das medidas de redução remuneratória previstas no projecto de proposta de lei que aprova o Orçamento do Estado e, em particular, solicitando que os suplementos de piquete e de prevenção, regulados pela Portaria n.º 98/97, de 13 de Fevereiro, não sejam abrangidos pela alínea a) do n.º 4 do artigo 17.º da proposta de lei. Sublinhou tratar-se de valores já de si irrisórios, há muito reivindicados e que ficariam assim sujeitos a mais um corte, quando na realidade correspondem à retribuição do trabalho diário, com prejuízo efectivo no descanso.

Quanto à posição relativamente ao projecto, a ASFTAO/PJ esclareceu não pretender opor-se a tais cortes, de cujo enquadramento e fundamentação tem consciência, defendendo que hoje em dia a actividade sindical deve assumir carácter gestor e não meramente reivindicativo. Porém, alertou o Senhor SEJMJ e pediu que transmitisse ao Senhor Ministro da Justiça a dificuldade que decorrerá da inclusão dos suplementos de prevenção e o de piquete no conceito de remuneração total ilíquida nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 17.º do projecto de PLOE/2011. Reiterou compreender o contexto e a não posição da ASFTAO/PJ, mas solicitou que se outro entendimento vier a ser decidido relativamente à Polícia Judiciária o mesmo seja aplicável a todas as carreiras.

Quanto a outras questões decorrentes da PLOE/2011, a ASFTAO/PJ destacou a situação da aposentação, que não vem referida no articulado, sendo certo que a convergência de regimes

de aposentação tem vindo a ser aplicada sem a necessária revisão do estatuto da Polícia Judiciária, para se poder excepcionar os funcionários que ingressaram na carreira com por exemplo 18 anos de idade; bem como a dúvida quanto a vir ou não a ser adoptado um novo entendimento de trabalho nocturno, em particular se continuará a ser considerado como trabalho nocturno o realizado a partir das 20h00.

O Senhor SEJMJ desconhece a existência de qualquer projecto de alteração do conceito de trabalho nocturno e confirmou que a matéria não vem abordada na PLOE/2011. Registou ainda a questão da especificidade de algumas carreiras da PJ em matéria de aposentação e a necessidade de revisão do estatuto das carreiras da PJ, que transmitirá ao Senhor MJ tendo em vista serem apresentadas à consideração do Ministério das Finanças e da Administração Pública, sem prejuízo da discussão das mesmas em mesas exploratórias a agendar. Sublinhou aliás a utilidade das mesmas para se fazer o ponto de situação do acumulado histórico de questões que afectam os funcionários da Polícia Judiciária e apurar mecanismos compensatórios para o sector. A ASFTAO/PJ agradeceu a reunião e transmitiu a sua disponibilidade para os trabalhos exploratórios.

O Senhor SEJMJ agradeceu e deu por encerrada a reunião pelas 19h00.

Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

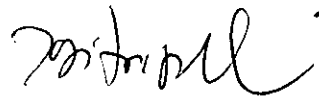
Anexos: 1.

Em 26 de Outubro de 2010,

Pela Associação Sindical dos Funcionários
Técnicos, Administrativos, Auxiliares e
Operários da Polícia Judiciária,
A Presidente da Direcção Nacional,

Maria José Santos

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da Justiça e da
Modernização Judiciária,



José Magalhães



ASFTAO/PJ

ASSOCIAÇÃO SINDICAL
DOS FUNCIONÁRIOS
TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS,
AUXILIARES E OPERÁRIOS
DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Direcção Nacional
Rua Gomes Freire, 174 - 1100 LISBOA

ANEXO
à ACTA n.º 24

Excelentíssimo Senhor
Ministro da Justiça

Excelência,

Acusamos a recepção do documento Proposta "PL 426/2010" - Artigo 17º "Redução remuneratória", que mereceu a nossa melhor atenção.

Pese embora a lei nos conceda o prazo de 20 dias para nos pronunciarmos, apresentamos de imediato a nossa posição.

Não podemos deixar de lamentar que mais uma vez sejam os servidores do Estado, a suportar financeiramente os maus resultados de uma gestão económico/financeira pouco rigorosa.

A mais elementar justiça leva-nos a solicitar a Vossa Excelência, que os suplementos regulados pela Portaria nº. 98/97 de 13 de Fevereiro, o Suplemento de Piquete e o Suplemento de Prevenção - não sejam abrangidos pelo PL 426/2010 art. 17.º número 4 alínea a).

Fundamentamos tal pedido com base nos seguintes pressupostos,

- Suplemento de Piquete regulado pela Portaria nº. 98/97 de 13 de Fevereiro, número 1º alíneas a) e b), cujo valor médio é de 34,46€/24Horas, o que permite concluir o valor de 1,5€/Hora. (Valor dado como referência é o de Inspector, dado ser este o aplicado ao Pessoal da Carreira de Apoio à Investigação Criminal)
- Suplemento de Prevenção regulado pela supra Portaria números 3º e 4º e tendo também como referência a categoria de Inspector, por ser este o que se aplica ao Pessoal da Carreira de Apoio à Investigação Criminal e cujos valores são os seguintes:



ASSOCIAÇÃO SINDICAL
DOS FUNCIONÁRIOS
TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS,
AUXILIARES E OPERÁRIOS
DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Direcção Nacional
Rua Gomes Freire, 174 – 1100 LISBOA

SUPLEMENTO DE PREVENÇÃO				
PASSIVA	20H às 24H	24H às 8H	8h às 8H	Valor Hora
Semanal			13,78 €	0,57 €
Sábados/Domingos/Feriados			17,31 €	0,72 €
ACTIVA	20H às 24H	24H às 8H		
Semanal	2,87€ / H	5,74€ / H		
Sábados/Domingos/Feriados	5,74€ / H	7,21€ / H		

A estes valores acresce a limitação imposta pelo número 6º da mesma Portaria, a qual refere, *"Em caso algum o montante total auferido em função do disposto nos nºs 3º, 4º e 5º pode exceder o do correspondente suplemento de piquete."*

Consideramos estes, valores irrisórios e há muito contestado por todas as Associações Sindicais, que ficariam ainda sujeitos a mais um corte. Lembramos que este trabalho, não é pontual, antes é um prolongamento sistemático do trabalho diário, com prejuízo efectivo no descanso.

Nesta oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência os nossos mais respeitosos cumprimentos.

Lisboa, 26 de Outubro de 2010

A Direcção Nacional,
A Presidente,

